



**Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
e Parecer dos Auditores Independentes**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos Srs.

Administradores e Acionistas da

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL levantados em 31 de dezembro de 2000 e 2001, e as respectivas demonstrações do resultado do período de 1º de março a 31 de dezembro de 2001, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado das operações do período de 1º de março a 31 de dezembro de 2001, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária.

Pelotas (RS), 25 de Janeiro de 2002.

Boucintas & Campos S/C  
Auditores Independentes  
CRC.SP 5.528 "S" "RS"

José Boeing  
Contador  
CRC SC-017.676/O-4 T-PR "S" "RS"

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores Expressos em Reais)

**ATIVO**

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Disponibilidades	270.443,42	12.843,50
Aplicações Financeiras	236.497,66	1.479.883,26
Contas a Receber de Clientes	33.008,60	-
Adiantamentos a Fornecedores	7.958,01	16.692,25
Impostos a Recuperar	19.505,45	18.044,27
Outras Contas a Receber	6.342,90	3.000,00
Despesas Antecipadas	223.533,17	126.156,36
	<b><u>797.289,21</u></b>	<b><u>1.656.619,64</u></b>
<b><u>Permanente</u></b>		
Imobilizado	32.940.296,00	15.992.425,70
Diferido	12.410.552,85	13.872.956,86
	<b><u>45.350.848,85</u></b>	<b><u>29.865.382,56</u></b>
<b>Total do Ativo</b>	<b><u>46.148.138,06</u></b>	<b><u>31.522.002,20</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores Expressos em Reais)

**PASSIVO**

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Empréstimos e Financiamentos	7.127.083,11	3.857.769,21
Fornecedores	5.765.638,76	728.082,70
Fornecedores - Partes Relacionadas	2.529.905,24	5.620.079,52
Obrigações Sociais e Trabalhistas	624.576,80	178.522,14
Obrigações Fiscais	804.026,07	61.185,80
Seguros a Pagar	204.732,32	121.938,33
Outras Exigibilidades	273.915,42	13.944,64
	<b><u>17.329.877,72</u></b>	<b><u>10.581.522,34</u></b>
<b><u>Exigível a Longo Prazo</u></b>		
Empréstimos e Financiamentos	1.582.244,79	854.545,52
Empréstimos de Acionistas	2.925.900,51	159.402,96
Fornecedores - Partes Relacionadas	8.751.156,62	2.154.978,53
Provisão para Contingências	1.562,50	16.716,93
Programa de Recuperação Fiscal	111.113,96	160.478,30
	<b><u>13.371.978,38</u></b>	<b><u>3.346.122,24</u></b>
<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>		
Capital Social	17.600.000,00	10.290.000,00
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	155.086,54	7.304.357,62
Prejuízos Acumulados	(2.308.804,58)	-
	<b><u>15.446.281,96</u></b>	<b><u>17.594.357,62</u></b>
<b>Total do Passivo</b>	<b><u>46.148.138,06</u></b>	<b><u>31.522.002,20</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**  
(Valores Expressos em Reais)

	<u>Período de 01/03/2001 a 31/12/2001</u>
<b><u>Receita Operacional Bruta</u></b>	
Receita da Prestação de Serviços - Pedágio	16.406.094,54
<b><u>Deduções da Receita Operacional Bruta</u></b>	
Impostos Incidentes sobre a Receita	<u>1.419.210,11</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>14.986.884,43</b>
<b><u>Custo dos Serviços Prestados</u></b>	
Custos de Operação	<u>8.327.909,81</u>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>6.658.974,62</b>
<b><u>Despesas Operacionais</u></b>	
Gerais e Administrativas	5.137.288,85
Financeiras	3.807.261,86
Receitas Financeiras	(2.172,55)
Outras Despesas Operacionais	<u>14.147,74</u>
	<u>8.956.525,90</u>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO OPERACIONAL</b>	<b>(2.297.551,28)</b>
<b><u>Resultado não Operacional</u></b>	
Receitas	110,00
Despesas	<u>11.363,30</u>
	<u>(11.253,30)</u>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(2.308.804,58)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b><u>(0,13)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores Expressos em Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Adiantamento Para Futuro Au- mento de Capital</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 1999</b>	<b>1.890.000,00</b>	<b>7.922.281,42</b>	-	<b>9.812.281,42</b>
Adiantamentos Recebidos	-	7.782.076,20	-	7.782.076,20
Capitalização de Adiantamentos	8.400.000,00	(8.400.000,00)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2000</b>	<b>10.290.000,00</b>	<b>7.304.357,62</b>	-	<b>17.594.357,62</b>
Adiantamentos Recebidos	-	159.402,92	-	159.402,92
Aumento de Capital	1.326,00	-	-	1.326,00
Capitalização de Adiantamentos	7.308.674,00	(7.308.674,00)	-	-
Prejuízo do Período	-	-	(2.308.804,58)	(2.308.804,58)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2001</b>	<b>17.600.000,00</b>	<b>155.086,54</b>	<b>(2.308.804,58)</b>	<b>15.446.281,96</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores Expressos em Reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>		
<u>Das Operações</u>		
Prejuízo do Período	(2.308.804,58)	-
Valores que não Afetam o Capital Circulante Líquido:		
. Depreciações e Amortizações	5.507.285,44	108.745,77
. Valor Residual de Baixas do Imobilizado	5.189,75	35.773,62
. Ajustes de Exercícios Anteriores	290.430,70	190.047,76
	<u><b>3.494.101,31</b></u>	<u><b>334.567,15</b></u>
<u>Dos Acionistas</u>		
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	159.402,92	7.782.076,20
	<u><b>159.402,92</b></u>	<u><b>7.782.076,20</b></u>
<u>De Terceiros</u>		
Aumento do Exigível a Longo Prazo	10.027.182,14	-
	<u><b>10.027.182,14</b></u>	<u><b>-</b></u>
<b>Total das Origens</b>	<u><u><b>13.680.686,37</b></u></u>	<u><u><b>8.116.643,35</b></u></u>
<b>APLICAÇÕES DOS RECURSOS</b>		
<u>No Ativo Permanente</u>		
Imobilizado	19.959.954,86	8.802.980,76
Diferido	1.328.417,32	5.532.335,00
	<u><b>21.288.372,18</b></u>	<u><b>14.335.315,76</b></u>
<u>Para Outros Fins</u>		
Redução do Exigível a Longo Prazo	-	502.822,60
	<u><b>-</b></u>	<u><b>502.822,60</b></u>
<b>Total das Aplicações</b>	<u><u><b>21.288.372,18</b></u></u>	<u><u><b>14.838.138,36</b></u></u>
<b>REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<u><u><b>(7.607.685,81)</b></u></u>	<u><u><b>(6.721.495,01)</b></u></u>
<b>VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE:</b>		
Ativo Circulante	(859.330,43)	1.489.552,32
Passivo Circulante	6.748.355,38	8.211.047,33
<b>REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<u><u><b>(7.607.685,81)</b></u></u>	<u><u><b>(6.721.495,01)</b></u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**  
(Valores Expressos em Reais)

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL:**

A Companhia foi constituída em 19 de janeiro de 1998 e tem por objeto a realização, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da exploração das seguintes Rodovias e trechos, integrantes do denominado Pólo de Pelotas:

<b>Rodovia</b>	<b>Trecho</b>	<b>Extensão (Km)</b>
BR 116	Pelotas / Camaquã	123,4
BR 116	Pelotas / Jaguarão	137,1
BR 293	Pelotas / Bagé	161,1
BR 392	Pelotas / Rio Grande	73,8
BR 392	Pelotas / Santana da Boa Vista	128,4

O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, nos termos do Edital n.º 069/69, Contrato de Concessão n.º PJ/CD/215/98 subrogado e rratificado pelo Contrato de Concessão n.º 013/2000/MT e seu Aditivo de n.º 001/00, com prazo fixado de 25 (vinte e cinco) anos, a partir da ordem de início da operação emitida pelo DNER/RS, podendo ser prorrogado, conforme cláusula incluída no respectivo contrato de concessão.

Consoante estabelecido nos instrumentos de contrato, a Concessão poderá ser extinta por: Advento do Termo Contratual; Encampação; Caducidade; Rescisão; Anulação; e Falência ou Extinção da Concessionária. Uma vez extinta a concessão, reverterem ao Poder Concedente todos os bens transferidos para a Concessionária, os bens reversíveis e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, cessando para a Concessionária, todos os direitos emergentes do contrato.

Na hipótese de advento do termo contratual, a reversão se dará com prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade de atualidade dos serviços pertinentes à Concessão.

No caso de encampação, a reversão dos bens será imediata e far-se-á com a prévia indenização das parcelas dos investimentos realizados, inclusive em obras de manutenção, bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para cumprimento do Contrato, deduzidos os ônus financeiros remanescentes. A Concessionária, nesse caso, será desonerada em relação às obrigações de contratos de financiamento, seja por assunção por parte do Poder Concedente quando a receita estiver garantindo o financiamento, seja por indenização prévia dos débitos remanescentes nos demais casos. Considera-se ainda: indenização de encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência



do rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e com prévia indenização, a título de remuneração do capital pelo rompimento antecipado do Contrato, calculada com base na margem de receita líquida prevista para o prazo remanescente da Concessão.

No caso de ser declarada a caducidade, nas hipóteses em que a Concessionária venha a descumprir o contrato, haverá indenização de forma idêntica à hipótese de encampação. Entretanto, serão descontados o valor das multas contratuais e outros danos causados. A declaração de caducidade acarretará ainda na execução das garantias contratuais, para ressarcimento de eventuais prejuízos ao Poder Concedente, considerando, inclusive, a retenção de eventuais créditos até o limite dos prejuízos.

Em caso de extinção da Concessão, caso ainda existam obrigações remanescentes com instituições financeiras, o Poder Concedente se compromete a ceder, preferencialmente, às instituições, o pagamento de eventuais indenizações até o limite devido, ressalvado os direitos e obrigações que existirem com o Poder Concedente.

Até 31 de dezembro de 2000, a Companhia ainda não havia iniciado suas atividades operacionais. Todos os gastos realizados tem sido imputados ao imobilizado e, quando da apuração dos resultados pré-operacionais, ao diferido. As atividades operacionais serão iniciadas quando da cobrança do pedágio, fato que, de conformidade com o Contrato de Concessão, somente pode ocorrer após a conclusão de determinadas obras, bem como da inspeção das mesmas por parte do Poder Concedente objetivando autorizar o início da cobrança de pedágio.

Em 23 de fevereiro de 2001, o Ministério dos Transportes após a inspeção e o Recebimento Definitivo dos “Trabalhos Iniciais” (Processo n.º 51100.00559/2001-31), através da Portaria n.º 69, autorizou a cobrança de pedágio a partir de 1º de março de 2000, em 3 (três) praças já instaladas, sendo 2 (duas) na BR 116 no trecho Pelotas / Camaquã e 1 (uma) na BR 392 no trecho Pelotas / Rio Grande, culminando assim, com a entrada parcial das operações da Companhia. As demais Praças de Pedágio a entrar em operação, em número de 2 (duas), segundo estimativas, entrarão em operação em janeiro de 2002, passando a Companhia a estar em plena atividade.

A manutenção das atividades de pré-operação da Companhia tem dependido de aportes de recursos dos Acionistas e da obtenção de recursos no mercado financeiro. A intenção dos Acionistas é de manter apoio financeiro através de aportes de capital e/ou busca de recursos no mercado, até que as atividades operacionais gerem recursos suficientes para a manutenção e continuidade normal dos negócios.

## **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares, consoante às práticas contábeis descritas a seguir:

a) **Aplicações Financeiras**

As aplicações são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferido até a data do balanço.

b) **Despesas Antecipadas**

Substancialmente representadas por apólices de seguros de garantia de exploração, riscos de engenharia, RCF e veículos, são registradas ao custo e estão apresentadas líquidas das apropriações efetuadas até a data do balanço.

c) **Imobilizado**

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações dos bens são calculadas e registradas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens (Nota 03), limitadas, quando aplicável, ao prazo do contrato de concessão.

d) **Diferido**

Formado pelos resultados pré-operacionais, é registrado ao custo.

A amortização foi iniciada a partir da cobrança dos pedágios, num prazo máximo de 05 anos.

e) **Provisões para Férias e 13º Salário**

São constituídas em função dos direitos adquiridos até a data do balanço, acrescidas dos encargos sociais incidentes.

f) **Demais Ativos e Passivos**

São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço.

g) **Apuração do Resultado**

É apurado segundo o regime de competência. Até 28 de fevereiro de 2001, os resultados apurados eram atribuídos à fase pré-operacional, sendo, portanto, imputados ao ativo diferido.

A partir de 1º de março de 2001, com a entrada parcial em operação, os resultados passaram a ser considerados como operacionais e consignados na demonstração do resultado do exercício.

**NOTA 03 - IMOBILIZADO:**

Descrição	(*) %	2001		2000	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Móveis e Utensílios	10	158.156,57	35.213,89	122.942,68	76.440,33
Máquinas e Equipamentos	10	794.961,72	36.150,51	758.811,21	90.048,32
Equipamentos de Informática	20	153.553,30	52.647,50	100.905,80	50.945,61
Direito de Uso de Software	20	89.300,75	22.652,49	66.648,26	32.360,68
Equipamentos de Comunicação	10	119.722,28	11.343,52	108.378,76	4.688,14
Edificações	4	2.387.488,26	72.973,96	2.314.514,30	-
Instalações	6 a 33	635.982,04	212.008,84	423.973,20	587.305,64
Veículos	20	47.544,84	-	47.544,84	-
Marcas e Patentes	10	914,96	294,35	620,61	712,05
Pavimentos	16,67	23.231.589,42	2.090.994,53	21.140.594,89	11.851.963,88
Obras de Artes Especiais	6,67	178.165,79	9.012,70	169.153,09	66.754,68
Elementos de Proteção e Segurança	16,67	2.441.900,32	339.220,80	2.102.679,52	1.795.273,01
Sinalizações Verticais e Horizontais	16,67	1.424.715,69	72.796,38	1.351.919,31	241.918,30
Terraplenos e Estruturas de Contenção	6,67	785.413,46	29.191,36	756.222,10	349.428,27
Drenagem e Obras de Arte Correntes	16,67	1.072.539,45	129.550,66	942.988,79	696.070,94
Praças de Pedágio	6,67	145.515,85	8.088,30	137.427,55	145.515,85
Sistemas de Arrecadação	10	1.715.133,30	93.002,84	1.622.130,46	-
Faixa de Domínio	-	41.709,72	-	41.709,72	-
Melhoramentos de Trechos	10	727.462,93	332,02	727.130,91	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	4.000,00	-	4.000,00	3.000,00
<b>Totais</b>		<b>36.155.770,65</b>	<b>3.215.474,65</b>	<b>32.940.296,00</b>	<b>15.992.425,70</b>

(\*) Taxas Anuais de Depreciação.

**NOTA 04 - DIFERIDO:**

Descrição	2001	2000
Resultados Pré-Operacionais Acumulados	14.910.943,48	13.872.956,86
Amortização Acumulada	(2.500.390,63)	-
<b>Valor Líquido</b>	<b>12.410.552,85</b>	<b>13.872.956,86</b>

**NOTA 05 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:**

Descrição	2001		2000	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Para Capital de Giro	7.127.083,11	1.500.000,02	3.857.769,21	854.545,52
Para Financiamento do Imobilizado	-	82.244,77	-	-
<b>Totais</b>	<b>7.127.083,11</b>	<b>1.582.244,79</b>	<b>3.857.769,21</b>	<b>854.545,52</b>

Os empréstimos para capital de giro estão sujeitos a juros pré-fixados que variam de 2,3% a.m. a 2,94% a.m. e têm vencimento final em 2003.

O Financiamento para o imobilizado está sujeito a juros pré-fixados de 0,4867% a.m. acima da TJLP e têm vencimento final em 2006.

No que se refere a Ônus e Garantias constituídos, além da alienação fiduciária dos bens financiados, a Companhia ofereceu Notas Promissórias com aval dos Acionistas, Caução de Direitos Creditórios e Apólices de Seguros. Referidas garantias poderão ser executadas, a critério das Instituições credoras, caso não sejam cumpridas as cláusulas de caráter financeiro assumidas ou a Companhia e/ou seus Avalistas, incorram nas seguintes situações: protesto de títulos; pedido de concordata; negativa de substituição ou reforço de garantias; penhora de bens oferecidos em garantia; ausência de consenso quanto a taxa de juros numa eventual renegociação; e impossibilidade de aplicação de índices ou do exercício do direito à repactuação, por ato governamental, legislativo ou regulamentar.

**NOTA 06 - EMPRÉSTIMOS DE ACIONISTAS:**

<u>Descrição</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Construtora Triunfo S/A	-	106.773,66
Ivai Engenharia de Obras S/A	578.747,98	-
PRIMAV Construções e Com. Ltda.	1.736.528,03	33.432,08
SBS Engenharia e Construção Ltda	68.977,42	19.197,22
Triunfo Participações e Investimentos S/A	541.647,08	-
<b>Totais</b>	<b>2.925.900,51</b>	<b>159.402,96</b>

Decorrem de operações suportadas por contratos de mútuo, estando sujeitas a atualização monetária com base na variação da TBF.

**NOTA 07 - FORNECEDORES - Partes Relacionadas:**

Correspondem aos valores faturados e a faturar executados pelo Consórcio ETIS relativos a serviços de recuperação, conservação e melhorias das estradas compreendidas pelo Pólo Rodoviário de Pelotas, suportados por contrato firmado entre as partes.

As parcelas correspondentes às faturas de serviços, bem como às medições de serviços, até 31 de outubro de 2000 estavam sujeitas a atualização monetária com base na taxa do CDI acrescida de 3% a.m.. A partir daquela data, face a acordo efetuado, a atualização dos valores passou a ser efetuada somente com base na variação do CDI.

Durante o exercício de 2000, conforme decisão suportada por assembléia geral, parte dos valores devidos ao Consórcio ETIS, foram destinados para adiantamentos para futuro aumento de capital, tendo em vista a cessão de créditos daquele Consórcio às Consorciadas.

## **NOTA 08 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL:**

Correspondem às parcelas a longo prazo relativas aos valores de INSS e IRRF de responsabilidade da Companhia que não haviam sido recolhidos nas competências devidas (11/1998 a 01/2001) e que foram objeto de inclusão no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

Segundo as regras do Programa, a Companhia optou por efetuar o parcelamento alternativo dos débitos em 60 (sessenta) parcelas, independentemente de obter receita. Os recolhimentos tiveram início em março de 2001, com vencimento final em fevereiro de 2005.

Tendo em vista a quebra de uma das regras do referido Programa, a Companhia, durante o exercício de 2001, foi excluída do mesmo, tornando o saldo com exigibilidade imediata.

A administração da Companhia optou por manter parte do saldo no exigível a longo prazo, uma vez que pretende obter parcelamento.

## **NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**

### **a) Capital Social:**

Acionista	Quantidade de Ações					
	2001			2000		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
PRIMAV Construções e Comércio Ltda.	8.799.996	-	8.799.996	1.714.996	3.430.000	5.144.996
Ivaí Engenharia de Obras S/A	4.135.998	-	4.135.998	806.048	1.612.100	2.418.148
Triunfo Particip. e Investimentos S/A	4.135.998	-	4.135.998	-	-	-
SBS Engenharia e Construções Ltda.	528.000	-	528.000	102.900	205.800	308.700
Construtora Triunfo S/A	-	-	-	806.048	1.612.100	2.418.148
Ademar Rodrigues Alves	1	-	1	1	-	1
Carlo Alberto Bottarelli	1	-	1	1	-	1
Luiz Fernando W. de Carvalho	1	-	1	1	-	1
Marcelino Rafart de Seras	1	-	1	1	-	1
Nelson Sperb Neto	1	-	1	1	-	1
Pedro Beltrão Fraletti	1	-	1	1	-	1
Sergio de Oliveira Ribas	1	-	1	1	-	1
Wilson Seti Okada	1	-	1	1	-	1
<b>Totais</b>	<b>17.600.000</b>	<b>-</b>	<b>17.600.000</b>	<b>3.430.000</b>	<b>6.860.000</b>	<b>10.290.000</b>

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2001, os acionistas deliberaram pela conversão da totalidade das ações preferenciais para ações ordinárias, passando o capital social a ser representado integralmente por ações ordinárias e sem valor nominal.

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado da forma prevista na Lei das Sociedades Anônimas.

**b) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital:**

<u>Descrição</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Construtora Triunfo S/A	-	1.716.524,04
Ivaí Engenharia de Obras S/A	-	1.716.524,04
PRIMAV Construções e Com. Ltda.	30.610,89	3.652.178,81
SBS Eng. e Construções Ltda.	19.027,95	219.130,73
Triunfo Participações e Investimentos S/A	105.447,70	-
<b>Totais</b>	<b>155.086,54</b>	<b>7.304.357,62</b>

**NOTA 09 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS:**

Durante o exercício de 2001 a Companhia protocolou junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seu registro como Companhia Aberta, bem como das debêntures públicas nominativas e não conversíveis em ações, cuja aprovação para emissão ocorreu através da Assembléia Geral Extraordinária de 28 de agosto de 2001.

Atualmente a Companhia aguarda a aprovação dos respectivos registros por parte da CVM. Uma vez aprovados, pretende-se dar início efetivo ao processo de captação de recursos no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), os quais serão aplicados na liquidação das dívidas de curto prazo e em investimentos nas rodovias sob sua concessão.

**NOTA 10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS:**

Ao final dos exercícios, a Companhia apresentava algumas operações que podem ser diretamente interpretadas como "Instrumentos Financeiros", conforme determina a Instrução CVM 235/95. Entretanto, nenhuma delas resulta em efeitos relevantes de ganho ou perda futuro nas demonstrações contábeis, considerando valores e taxas de mercado. As principais operações foram:

Aplicações Financeiras - as aplicações demonstradas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às Instituições Financeiras, sem nenhuma expectativa de geração de perdas para a Companhia.

Empréstimos e Financiamentos - conforme demonstrado na nota 05, as operações de empréstimo existentes foram contratadas com base em taxas pré-fixadas e em condições usuais de mercado.

Pelotas (RS), 31 de Dezembro de 2001.

**Roberto Paulo Hanke**  
Diretor-Presidente

**Cláudio Humberto Guedes**  
Diretor Administrativo e Financeiro e Relação com Investidores

**Fernando Augusto Infante Araújo**  
Diretor de Engenharia e Operações

**Johny Luis Calegari**  
Contador CRC.RS 060.978/O-3